
Mundo do Trabalho e Catolicismo no Brasil: a Pastoral operária e Nova Iguaçu no Bispado de Dom Adriano Hypólito.

Alexander de Souza Gomes*

Resumo: O presente trabalho discute a interdependência entre religião e política no âmbito da ação pastoral da diocese de Nova Iguaçu. Ratifica-se que a prática pastoral e os discursos medrados por Dom Adriano Hypólito, alicerçados ao Concílio Vaticano II e nas posteriores conferências Episcopais de Medellín e de Puebla, contribuirão para que Nova Iguaçu seja uma diocese engajada na formação de líderes que se vincularão em Movimentos Sociais, Partidos Políticos e Sindicatos. Devido à sua postura política, Dom Adriano sofre perseguições e é torturado no âmbito da Ditadura Militar no Brasil. Todavia, essas práticas repressoras não conseguiram arrefecer a luta contra a opressão e a miséria social tão alarmante em Nova Iguaçu.

Palavras chave: Dom Adriano Hypólito Pastoral Operária Teologia da Libertação

Abstract: This paper discusses the interdependence between religion and politics in the pastoral diocese of Nova Iguaçu. Confirms that the pastoral practice and discourses Medrado by Don Adriano Hypólito, anchored to Vatican II and the subsequent episcopal conferences of Medellín and Puebla, will contribute to New Iguaçu is a diocese engaged in training leaders to commit in Social Movements, Political Parties and Trade Unions. Due toto his political stance, Don Adriano suffers persecution and is tortured under the military dictatorship in Brazil. However, these repressive practices have failed to cool the struggle against oppression and social misery so alarming in Nova Iguaçu.

Keywords: Don Adriano Hypólito Liberation Theology Pastoral Workers

* Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPCIS / UERJ.

Introdução

A presente proposta¹ tem como foco de análise a interdependência entre religião e política no âmbito da ação pastoral da diocese de Nova Iguaçu, porque se visualiza que, sob o legado do bispo diocesano Dom Adriano Hypólito, ocorre um engajamento dos leigos vinculados às pastorais sociais da Igreja em movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. A pesquisa, ainda em andamento, traz alguns questionamentos e, através das fontes consultadas e entrevistas realizadas, procura responder às lacunas que vão aparecendo no desenvolvimento das investigações.

Detecta-se que é a partir do Concílio Vaticano II, realizado entre os anos de 1962-65, que se abre na América Latina uma discussão profunda sobre a realidade social. O aprofundamento das questões sociais tratadas por esse concílio adquire maior dimensão a partir das Conferências Episcopais realizadas na América Latina ocorridas em Medellín no ano de 1968 e Puebla², em 1979. As ações práticas dessas conferências por parte da Igreja no Brasil e na América Latina promovem divisões no cerne da Igreja Católica no Brasil em decorrência da Teologia da Libertação.

A partir da emergência da Teologia da Libertação, ocorre divisão na Igreja Católica do Brasil sendo possível conceituá-la como um grupo distinto de hierarquias e de fiéis. As ações “político-religiosas” engendradas pela diocese de Nova Iguaçu são um exemplo singular na Baixada Fluminense e, nitidamente, nos revelam a influência do Concílio Vaticano II no pensamento do bispo Dom Adriano Hypólito.

Nova Iguaçu, no âmbito da Ditadura Militar, abrigou diversos grupos – militantes da esquerda, padres progressistas, leigos engajados em práticas políticas etc. –, que, de certa forma, estiveram amparados pela diocese local, que tinha a sua frente um bispo progressista. Dom Adriano Hypólito assume a diocese em novembro de 1966, e, logo em seguida, propõe uma pastoral diocesana que dê respostas aos problemas sociais da Baixada Fluminense, uma região carente e com índices alarmantes de violência. Em virtude de seu posicionamento

¹ O presente trabalho é fruto de pesquisa que vem sendo desenvolvida em Nova Iguaçu para ser defendida como dissertação de Mestrado no programa de Pós-Graduação PPCIS/ UERJ em 2012.

² Cf. BETTO, Frei. Puebla para o povo, 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1979, pp. 65-66. Frei Betto nesse livro assinala que “O marxismo nasceu como uma crítica positiva ao capitalismo, mostrando como este dá mais importância ao produto (= a mercadoria) do que ao produtor (= o operariado). O marxismo valorizou o sentido humano do trabalho: o trabalhador deve ser dono dos seus meios de produção e do produto que ele fabrica. Mas, na opinião dos bispos reunidos em Puebla, o marxismo conduz também a uma idolatria de riqueza, só que da riqueza coletiva – todo o povo possuindo todos os bens do país”.

político crítico, é seqüestrado em setembro de 1976. Em depoimento à Revista de Cultura,³ o bispo acredita que seu seqüestro fora tramado pela ação da direita radical e da linha dura do regime militar; bem como outros incidentes como a explosão de seu fusca diante do prédio, na Glória, até então sede da CNBB; a falsificação da “Folha”, periódico da diocese de Nova Iguaçu, que é espalhado na Baixada e remetido a outros bispos em 1977; pichações realizadas na catedral e em outras igrejas da diocese de Nova Iguaçu com acusações ao bispo, em 1979; e, nesse mesmo ano, a explosão de uma bomba na Catedral de Nova Iguaçu, que destrói o sacrário e danifica paredes. Tais incidentes são vistos por Dom Adriano como mecanismos para frear a ação da linha da pastoral da diocese de Nova Iguaçu desde a sua nomeação.

A pesquisa estuda a Pastoral Operária da diocese de Nova Iguaçu devido à linha de ação pastoral defendida por Dom Adriano Hypólito, tomando como delimitação temporal o ano de 1976, levando em consideração os seguintes fatos: a) Dom Adriano é seqüestrado no âmbito da ditadura; b) no ano de 1978, escolhe a Pastoral Operária como prioridade fundamental da pastoral da sua diocese, e, nesse mesmo ano, Karol Józef Wojtyła (João Paulo II) assume o pontifício e, subsequentemente, em 1979, ocorre a Conferência Episcopal em Puebla, que redimensiona a questão da pobreza na América Latina; c) Dom Adriano, por julgar a redação final do documento de Puebla insuficiente em alguns aspectos, abstém-se de seu voto. A delimitação da pesquisa segue até o ano de 1985, corroborando as pesquisas de Jessie Jane (2009, pp. 50-64), que detecta que, com a nova centralização romana, houve uma forte contração da presença da Igreja no cenário político. As críticas perpetradas pelo Vaticano aos teólogos da libertação confirmam esses prognósticos. Em 1984, por exemplo, o então cardeal Joseph Ratzinger, presidente da Congregação para a Doutrina da Fé, condenou o teólogo brasileiro Leonardo Boff a ficar calado e não emitir mais sua opinião dentro do catolicismo.

Dessa forma, encontramos subsídios que comprovam o arrefecimento do trabalho político-religioso realizado pelas pastorais das dioceses progressistas; e, de certa forma, após a abertura política, em 1985, isso acaba por ocorrer com diversos movimentos sociais, sindicatos e, até mesmo, mudança de cunho ideológico por certos partidos políticos que no âmbito do Regime Militar no Brasil se projetavam à esquerda.

³ Revista Vozes, edição de janeiro / fevereiro de 1981.

1. Uma análise do fenômeno em questão à luz de referências históricas e sociológicas

Compreende-se que a natureza do fenômeno em discussão é de origem política e religiosa. Relações de poder, forças políticas, ideologias redimensionam a reflexão política sobre a realidade social, como salienta René Rémond (1996, p.447) que “o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social”.

Trabalhos envolvendo a temática “religião e política” ratificam as diversas espécies de problemas sobre a realidade social. A análise de Aline Coutrot (1996, p.334) é bastante relevante para o nosso estudo, pois ela escreve que “religião e política não são da mesma natureza se não adotamos as teses marxistas.” Sua análise ajuda-nos a levantar questões acerca do nosso objeto de estudo: a prática pastoral da Diocese de Nova Iguaçu (natureza religiosa) desdobrando-se em práticas políticas, através do engajamento de leigos em partidos políticos, sindicatos, movimentos de bairro.

No discurso e práticas sociais medrados por Dom Adriano Hypólito às pastorais de sua diocese, observa-se a base dessa interdependência: a formação de leigos e a preferência pelos pobres, legado estabelecido no Concílio Vaticano II – estendido às Conferências Episcopais de Medellín e Puebla – onde se estabelece a base da Teologia da Libertação.

Dessa forma, os estudos sociológicos sobre religião de Amick Percheron (1996) sobre a influência da catequese na opção política dos jovens na França servem-nos, aqui, de apoio, à medida que se compreende que relações entre o político-religioso têm reflexo significativo nas práticas sociais e políticas. Aline Coutrot ⁴ cita, em seu estudo, a tese de François Bazin acerca dos parlamentares em França para ratificar a força religiosa como fator de explicação política. Destarte, a pesquisa procura tornar patente que a força política no discurso e ação pastoral da diocese de Nova Iguaçu estreitou a fronteira entre o religioso e o político. Em outras palavras, a pedagogia cristã, à luz de uma teologia libertadora inscrita nos discursos e ações de Dom Adriano Hypólito, contribuiria para conscientizar politicamente os leigos, principalmente aqueles engajados em pastorais sociais como a Pastoral Operária, e o vínculo dos membros dessas pastorais em filiação partidária, organizações sindicais, engajamento em movimentos sociais de bairro como o MAB⁵, por exemplo. Observa-se, assim, que, nos períodos críticos da

⁴ BAZIN, François. “Les deutes MRP élus lês 21 octobre 1945, 2 juin et le 10 novembre 1946. Itinéraire politique d’une génération catholique”. Obra citada por Aline Coutrot, In. RÉMOND, René, 1996. op. Cit., pp.346-347

⁵ Cf. SILVA, Percival Tavares da. Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (mab) — 1974 / 1992 (Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa) Dissertação de Mestrado em Educação em 11.02.1994, Rio de Janeiro: fgv - Fundação Getúlio Vargas - IESAE - Instituto de Estudos Avançados em Educação.

história, as relações de força, decerto, tornam-se mais evidentes. Nesse momento, consegue-se visualizar a linha de ação engendrada pela prática pastoral-politizada em Nova Iguaçu, quando leigos esclarecidos atuam politicamente na luta contra as injustiças sociais e as arbitrariedades do governo no âmbito da Ditadura Militar no Brasil.

Com base no trabalho *Sociedade em Movimento: trajetória de participação social na Baixada Fluminense*⁶, vê-se que a Igreja progressista foi uma aliada dos movimentos sociais – como MAB, por exemplo –, e muitos líderes desses movimentos tiveram vínculos diretos ou indiretos com a Igreja. Para elucidar esse ponto de vista, a dissertação de mestrado de Jefte da Mata (2007, p.140) aponta, por exemplo, o MAB como um espaço amplo onde se apoiaram algumas lutas da classe trabalhadora. Este movimento é visto nesse estudo como veículo de “vontades coletivas”, onde se acredita que os trabalhos pastorais leigos, a partir do núcleo central da Teologia da Libertação, constituiriam um corpo doutrinário ideológico capaz de engendrar uma práxis a seus militantes, aproximando-se das funções coletivas de um partido. Ele ratifica que o MAB estaria localizado entre organizações partidárias e a Igreja.

2. A influência da Teologia da Libertação nas Bases da Igreja

Compreende-se que a Teologia da Libertação atuou como uma força política dentro da Igreja Católica e, decerto, promoveu rupturas no âmbito da mesma. À medida que a Igreja Católica na América Latina e, sobretudo, no Brasil coloca em prática os ensinamentos do Concílio Vaticano II e das posteriores Conferências Episcopais, ocorrem divisões no cerne da própria Igreja. A partir desse ponto de vista, conceituamos a Igreja, aqui, como um grupo distinto de hierarquias e de fiéis. Não obstante, o papel desempenhado por Dom Adriano Hypólito é importante para o desenvolvimento da pesquisa, porque o identificamos como um líder não conservador preocupado com as questões sociais de Nova Iguaçu. Dessa forma, procuraremos num primeiro momento analisar o pensamento e o trabalho pastoral desenvolvido por esse bispo para compreender o que ele entendia pelas categorias “social” e “trabalho”; suas posições referentes ao Marxismo e à Teologia da Libertação e inferir qual é o limite de ação da Igreja na diocese de Nova Iguaçu. Num segundo momento, pretende-se extrair dos leigos que conviveram com Dom Adriano relatos que mostrem o que D. Adriano

⁶ Cf. MAIA, Juliana Guaraná Vieira; MACEDO, Marcelo Hernandez & MONTEIRO, Maria Gabriela (Orgs.). *Sociedade em movimento: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*, Rio de Janeiro: Imprinta Express: UERJ: Secretaria de Obras, 2007.

significou para Nova Iguaçu, bem como avaliar a identificação da vida do bispo com o povo iguaçuano e descrever o que acontecia nas reuniões, nos encontros e cursos ministrados por ele. Em terceiro, averiguar de que forma o pensamento de Dom Adriano mantém-se ainda vivo nas linhas de ação desses leigos, porque se percebe que alguns deles ainda estão ligados à Igreja e atuando, de forma ativa, nas pastorais sociais. Por último, investigar as ações concretas das pastorais sociais – em consonância com movimentos de bairro, sindicatos e a militância política – na luta por reivindicações sociais, políticas e econômicas em Nova Iguaçu para responder qual é o limite da linha de ação da Pastoral Operária dessa diocese, mesmo tendo a sua frente um bispo progressista. Objetiva-se, também, avaliar se o terceiro bispo de Nova Iguaçu pode ser visto como um “intelectual orgânico”, corroborando as proposições de Gramsci em “Os intelectuais e a organização da cultura” (GRAMSCI, 1968).

Michael Löwy na obra “Marxismo e Teologia da Libertação” (1991) põe em relevo por que a Teologia da Libertação despertou tanta preocupação por parte do Vaticano e, até mesmo, do Pentágono. Responde que tais questões estavam bem além do debate ideológico ou teológico. Tratava-se de um desafio de poder, tanto social quanto clerical. Nessa obra, Löwy estuda a religião a partir da perspectiva marxista, visualizando-a como realidade social e histórica: “O cristianismo não é tratado mais como em Feuerbach, como uma “essência” fora do tempo, mas como uma forma cultural sujeita a transformações”.⁷ Nesse contexto, a Teologia da Libertação aparece como um fenômeno religioso que reflete as questões sociais, ensejando mudanças e transformações no pensamento da própria Igreja; perturbando o campo político-cultural, redefinindo não apenas um novo olhar sobre a teoria, mas também sobre a prática. Ele escreve ainda que “com a Teologia da Libertação, vê-se um pensamento religioso que utiliza conceitos marxistas e inspira luta de libertação social”.⁸ Entretanto, o ponto chave na obra de Löwy⁹, no que se busca corroborar em nossa pesquisa, refere-se à assertiva que ele faz entre Igreja e movimentos sociais, sindicais e partido político. Seus estudos, no que tangem as mediações entre religião e política, decerto, corroboram o enfoque teórico-metodológico proposto em nossa pesquisa, uma vez que este autor redimensiona a Teologia da Libertação como teoria e prática política desenvolvida por padres e bispos radicais na América Latina à luz da teoria marxista. Isto, de certa forma, contribuirá para a interpretação da Teologia da Libertação, não como mecanismos utilizados pela Igreja frente ao avanço das Igrejas e seitas pentecostais ou

⁷ LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991, p.12

⁸ Idem, p. 8

⁹ Idem, p.51 e p.58

‘manobras populistas’, mas, ao contrário, um fenômeno que, no âmbito da ditadura, promoveu intensos debates e divisões no interior da própria Igreja, em função das mudanças que esta ensejava:

Ver em tudo isso simplesmente uma astúcia da Igreja, uma “manobra populista” para manter o controle das massas ou uma tática hábil para fazer face ao comunismo – como o fazem alguns marxistas um pouco apressados – é passar ao lado do essencial e não compreender nada, nem as motivações subjetivas, nem a significação objetiva do fenômeno. Não é uma astúcia, mas uma profunda mudança de curso espiritual, uma autêntica conversão moral e política à causa dos pobres.¹⁰

Os estudos de Luigi Bodin, Bruno Marques Silva, Scott Mainwaring, Francisco Catão, José Comblin também se circunscrevem na interdependência entre religião e política. Portanto, contribuirão na análise teórica das proposições pretendidas na pesquisa. Luigi Bodin (1987, p.158) acentua que a opção política marxista e socialista é compatível com a opção cristã, porque toda realidade histórica é compatível com o Cristianismo. Enxerga a Teologia da Libertação como uma teologia política. Scott Mainwaring (1989) aborda o papel da Igreja e sua relação com os movimentos sociais, destacando um capítulo para retratar a Igreja e movimento popular de Nova Iguaçu (1974-1985), onde assinala questões relevantes: a prática religiosa se converge em prática política, à medida que recebe o apoio de Dom Adriano Hypólito à gestação do MAB e a conscientização política dos líderes e membros das pastorais sociais adquirida no âmbito da Igreja local. Ressalta, também, o papel da Igreja num período de transição política, onde assinala os conflitos no âmbito da própria Igreja e as ações do Vaticano contra os teólogos da libertação e bispos progressistas, principalmente após a nomeação do conservador Alfonso Lopes Trujillo, em 1972, como secretário geral do CELAM.

Esses enfoques servem-nos de base para ratificar a proposição que a pesquisa propõe: a Teologia da Libertação no período crítico (regime militar) contribuirá para que dioceses progressistas realizem trabalhos de conscientização política às suas pastorais, cujos desdobramentos serão visíveis no engajamento político dos cristãos dessas dioceses em sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais de bairro, que passam a reivindicar por justiça, direitos sociais, políticos e econômicos cerceados pelo governo.

A obra “A Igreja dos Oprimidos”, coordenada por Helena Salem (1981), retrata de forma coerente o posicionamento dos bispos progressistas e seus trabalhos pastorais voltados para os pobres e trabalhadores contra as mazelas do capitalismo e as arbitrariedades do regime militar.

¹⁰ Idem, p. 98

Traz depoimentos contundentes bem como debates sobre a Igreja, a política e a Esquerda. As entrevistas contribuem para dimensionar o trabalho pastoral dessas dioceses e seu engajamento com as questões sociais, bem como todo o processo de politização das bases efetuado por esse trabalho pastoral. Decerto, o trabalho pastoral tendo como lema ‘opção preferencial pelos pobres’, explica, em parte, a interdependência entre religião e política nos desdobramentos dos cristãos, que vão se engajando em movimentos sociais, organizações sindicais e partidos políticos. Por outro lado, as ações dos bispos progressistas como – Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns, nomeado arcebispo metropolitano de São Paulo em 1970; Dom Cláudio Hummes, que assume a Diocese de Santo André em 1975; e Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, nomeado em 1966 – contribuem para fortalecer politicamente as pastorais e os movimentos sociais em suas dioceses. Em Nova Iguaçu, por exemplo, Dom Adriano Hypólito senta-se à mesa ao lado dos trabalhadores no primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – ENTOES – realizado nos dias 13 e 14 de setembro de 1980, que ocorreu no Centro de Formação de Líderes, em Nova Iguaçu. Sua postura à frente da diocese de Nova Iguaçu demonstra como Scott Mainwaring (1986, p. 85) escreve “opção consciente de estimular a autonomia dos movimentos populares” e que “Incentivando grande número de pessoas a refletirem mais criticamente sobre política, as CEB’s ajudaram a despertar o desejo de participar politicamente.”

Na contramão das dioceses progressistas, temos Dom Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro. Em consideração ao seu posicionamento conservador, inúmeras vezes ele foi convocado pelo papa João Paulo II para representar a hierarquia brasileira em Roma. Devido à sua postura e concepção teológica, Dom Eugênio não admite que a Igreja se posicione em assuntos políticos. No Rio, observa-se que as pastorais, os movimentos sociais e as organizações trabalhistas e partidárias não terão o apoio da Igreja, e isso tem como consequência a falta de coesão desses grupos. A falta de coesão arrefece a mobilização e a conscientização política das bases.

Sebastião Bernardino de Andrade (o Tião) nos conta que

O bispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles (...) tinha uma linha de direita, portanto, conservadora na igreja. Ele não era contra o pobre, contra a caridade no sentido pleno, mas temia e achava danoso quando eu dizia que a nossa leitura e ação era uma mistura de religião com política. O que era pior para ele era considerar uma política usando instrumentos marxistas na teologia. Ele fundamentou isso, e acho que foi mal fundamentado, mas ele tinha uma grande influência em Roma. (...) saí

do Dom Helder para Dom Eugênio, para mim era uma violência psicológica, religiosa e política.¹¹

De fato, os esclarecimentos de Tião nos revelam a distinção entre a Igreja Conservadora e a Igreja Popular.

Dom Adriano em inúmeras declarações em “A Folha” se posiciona abertamente sobre sua preferência pelos pobres e seu posicionamento político. Por exemplo, numa das edições desse periódico – sob o título **“Novos teólogos” querem amaciar Medellín** – ele escreve que “Numa América Latina Dominada por regimes dogmáticos, está querendo impor-se, na Igreja, a ala do deixa-disso, disposta a amaciar a rudeza dos ensinamentos sobre justiça e igualdade”.¹² Esses dois substantivos (justiça e igualdade) tornaram-se combustíveis para o bispo de Nova Iguaçu lutar contra as arbitrariedades e injustiças dos “poderosos” da Baixada Fluminense em favor dos ‘oprimidos’. Nascido e crescido no interior do Nordeste, decerto, ele experimentou na ‘pele’ as desigualdades sociais provocadas pela ganância dos ‘poderosos’.

A dissertação de Jefte da Mata (2007, pp.148-149), citada anteriormente, aponta algumas especificidades para o caso de Nova Iguaçu. Nesse estudo, diagnostica-se o desenvolvimento do PT em Nova Iguaçu e percebe-se que há forte ligação entre o PT e as pastorais da Igreja. Mais interessante ainda quando se aponta, através das fontes pesquisadas, ligações entre as pastorais operárias e seu engajamento na construção do “novo” sindicalismo, isto é, da CUT. Não obstante, esses apontamentos corroboram nossa análise: dioceses progressistas contribuindo para a politização das bases, casos descritos acima como o ABC paulista e a diocese de Nova Iguaçu. O que se procura ratificar, também, para o caso de Nova Iguaçu: o novo sindicalismo em construção foi apoiado pela diocese progressista. Outro estudo que aponta para a interação entre religião e política é a análise de Ana Maria Doimo. Ela assinala que a Pastoral Operária se dedicou durante toda a década de 1970 à luta contra a estrutura sindical imposta pelo Ministério do Trabalho, e que a Igreja impulsionou a emancipação dos movimentos populares “conjugada com a perspectiva de criação de um partido que fosse um mero instrumento para expressar politicamente os interesses dos movimentos”. (DOIMO, 1986, p.112).

¹¹ MAIA, Juliana Guaraná Vieira, MACEDO, Marcelo Hernandez & MONTEIRO, Maria Gabriela (Orgs.). Sociedade em movimento: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense, op. cit., p.42 e p.43.

¹²“A FOLHA”, Ano 6º, nº 324, de 30 de julho de 1978.

Decerto, os dados que podemos extrair desses autores é que eles enxergam a Igreja Progressista como uma força propulsora que contribuiu para fortalecer os movimentos sociais de base a partir da conscientização política de leigos engajados e para ilustrar objetivamente o que se pretende nesse trabalho, apresenta-se, como por exemplo, o caso de Flávio Antônio Brandão de Souza, que iniciou sua caminhada na Pastoral Operária de Nova Iguaçu, depois se sindicalizou no Sindicato dos Comerciários e, por conseguinte, filou-se ao PT, tornando-se mais tarde um de seus dirigentes. Trajetórias como a de Flávio, indubitavelmente, evidenciam a interdependência entre religião e política em Nova Iguaçu de forma concreta, contribuindo para ratificar as conclusões teóricas de Michel Winock, onde enxerga a Igreja como um aparelho ideológico que deve ser singularizado ao lado dos aparelhos de Estado (governamental, militar, diplomático, financeiro etc) se quiser compreender a formação e a difusão das ideias correntes e concorrentes. (WINOCK, 1996).

Marcelo Badaró Mattos (1988), ao analisar a construção de seu objeto de estudo ‘noção de novo sindicalismo’, revela que estudos dos anos 1970¹³ procuraram avaliar os condicionantes da legislação sindical e do contexto autoritário sobre as organizações sindicais, bem como o contraste do efeito político da atuação “novo sindicalismo” com a politização das lutas sindicais. À luz dos trabalhos de John Humphrey, Maria Hermínia Tavares de Almeida, José Álvaro Moisés, Mattos discute as relações entre a estrutura do sindicalismo no Brasil. Conclui-se que, embora haja diferenças de ênfase, os trabalhos “destacaram como central a situação da tensão a que a estrutura sindical corporativista estava submetida a partir das condições novas de estruturação produtiva nos setores de ponta da economia, que o ABC simbolizava de forma paradigmática”. (Mattos, 1988, p.60).

O objeto de estudo de Mattos servir-nos-á como baliza, porque ratifica que a dimensão política do ‘novo sindicalismo’ se insere nas prerrogativas da Igreja ‘progressista’ num dado período histórico. As obras citadas por Mattos apontam a participação da Igreja progressista na participação da construção do ‘novo sindicalismo’, que desembocaria na criação da CUT, bem como na criação do PT. Para sustentar essas proposições, Mattos escreve que, “organizado a partir das articulações das lideranças das primeiras greves de fins dos anos 70 com setores da

¹³ À luz dos trabalhos de HUMPHREY, John. “As raízes e desafios do ‘novo sindicalismo’ da indústria automobilística. CEBRAP, n.26, Cebrap, 1979; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas, publicado pela Revista Debate e Crítica, SP: Hucitec, n. 6, julho de 1975; MOISÉS, José Álvaro. “As estratégias do novo sindicalismo. In: Revista de Cultura e Política, ns. 5 e 6, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 & ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. “O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança”. In: Sociedade e Política no Brasil pós 64, 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

intelectualidade urbana, Igreja “progressista” e “novos” movimentos sociais, o PT apresentou ao longo de seus primeiros dez anos de existência um crescimento eleitoral surpreendente.” (MATTOS, 1988, p.34).

É importante ratificar que a adesão da Igreja “progressista” na criação do Partido dos Trabalhadores explica-se, em parte, por este partido trazer em seu bojo uma luta comum contra a exploração dos trabalhadores e os privilégios do capital sobre o trabalho, bem como a defesa da organização sindical pelas bases, como Eder Sader assinala: o “novo sindicalismo” forneceria uma dessas matrizes (o cristianismo das comunidades eclesiais de base e o marxismo das esquerdas dispersas forneceriam outras duas matrizes).” (SADER, 1998, p.150).

As referências citadas por Mattos¹⁴ sobre o sindicalismo brasileiro, à luz das análises dos trabalhos de Ricardo Antunes, Leôncio Martins Rodrigues e Armando Boito Jr., fazem-se necessárias, porque estas traçam um balanço analítico no campo sindical e retratam dentre várias tendências políticas na formação das centrais sindicais o papel da Igreja na construção do ‘novo sindicalismo’. Embora haja, por um lado, uma supervalorização no papel da instituição eclesial na perspectiva de determinados autores, como Leôncio Martins Rodrigues, tais estudos contribuem para ratificar a presença da Igreja ‘progressista’ no processo de mediação entre religião e política. Mattos escreve que o trabalho de Leôncio Martins Rodrigues aponta, dentre várias questões levantadas sobre a organização do movimento sindical, “as mudanças na política da Igreja Católica, que tenderia a tentar aproximar os movimentos populares a ela ligados do movimento sindical autêntico.” (MATTOS, 2002, p. 71).

O estudo de Percival Tavares da Silva (1994, p. 286) torna evidente a questão aqui discutida. Em sua dissertação de Mestrado, associa a gestação do Movimento de Amigos de Bairro – o MAB –, em Nova Iguaçu, ao desempenho relevante da Igreja. Contudo, torna patente que a fundamentação teórico-prática da Igreja, ao retirar-se da vanguarda do meio popular após a implantação da Nova República, revelou-se frágil. Isso, de certa forma, contribuiu para o enfraquecimento do Movimento Social e para o fortalecimento do sistema dominante. Por isso, afirma-se que a partir de 1985 ações políticas dos movimentos de base da

¹⁴ Mattos estuda as obras de RODRIGUES, Leôncio Martins. “O declínio do sindicalismo corporativo”. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Trabalho e Previdência: sessenta anos em debate, Rio de Janeiro:FGV, 1992. RODRIGUES, Leôncio Martins. “As tendências políticas na formação das centrais sindicais” In: BOITO JR., Armando (Org.). “O sindicalismo brasileiro nos anos 80”, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; ANTUNES, Ricardo. “Classe operária, sindicatos e partido no Brasil (um Estudo sobre consciência de classe: da Revolução de 30 à aliança nacional libertadora)”. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1988; “A rebeldia do trabalho. O confronto no ABC paulista: as greves de 1978/80. 2. ed., Campinas: Edunicamp, 1992; e “O novo sindicalismo”: São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

Igreja arrefeceram significativamente. Esses apontamentos evidenciam a delimitação temporal de nossa pesquisa, porque registram o fenecimento das atividades político-sociais difundidas pelas pastorais sociais da Igreja a partir da abertura política em 1985.

3. O trabalho pastoral de Dom Adriano Mandarino Hypólito: história da vida de um homem que fez opção pelos pobres.

Dom Adriano Hypólito nasceu em Aracaju no ano de 1918 e faleceu, em 1996, na Baixada Fluminense. Chegou à Nova Iguaçu no ano de 1966 quando fora nomeado bispo dessa diocese pelo papa Paulo VI. Na homilia de sua posse ele dizia ser um “Bispo que vêm para pôr-se a serviço da comunidade”. (PASSOS, 1970). Antes de assumir a carreira vocacional, Dom Adriano se chamava Fernando. Filho de Nicolau e Isabel, ambos descendentes de imigrantes italianos radicados em Sergipe. Segundo consta, Nicolau, pequeno comerciante em Aracaju, foi revoltoso em 1924 e, por isso, amargou um ano de prisão e três anos de exílio na Bahia. Fernando era o filho mais velho. Aos 11 anos foi morar com seu pai em Salvador e a partir daí ingressa como coroinha. Por duas vezes, ficou suspenso de suas funções devido a atitudes consideradas rebeldes. Aos treze anos decidiu ingressar na vida religiosa, conseguindo posteriormente uma vaga gratuita no Seminário Menor Franciscano de João Pessoa, na Paraíba. Dali em diante seguiu para o Seminário de Rio Negro, no Paraná, onde foi colega de Dom Paulo Evaristo Arns. No ano de 1937 vestiu o hábito dos franciscanos, passando a se chamar Adriano.

No ano de 1942, Dom Adriano é ordenado em Salvador, Bahia. Foi Prefeito e professor no Seminário Franciscano em Ipuarana, Campo Grande, Paraíba de 1955 a 1958; Mestre dos Clérigos – Teólogos e redator da revista “Mensageiro da Fé – Salvador, Bahia entre os anos de 1961 a 1963; professor do Seminário Menor O.F. M, em Ipuarana, Paraíba de 1943 a 1961; Diretor Espiritual do Seminário Maior da Bahia em 1961. Foi designado pela Bula “Qui Munus Nostrum”, de Paulo VI, terceiro Bispo da Diocese de Nova Iguaçu. Nesse período ele era Bispo Auxiliar de Salvador. No dia 06 de novembro de 1966, Dom Adriano toma posse da Diocese de Nova Iguaçu.

A Diocese de Nova Iguaçu, conforme a tabela abaixo, extraída do site www.mitrani.org.br/diocese.htm, abrange os municípios de Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi, Belford Roxo, Nilópolis e Nova Iguaçu. Geograficamente está situada no Centro-

Sul do Estado do Rio de Janeiro. Divide-se em sete regiões pastorais. Em Nova Iguaçu são quatro regiões pastorais, compreendidas em Centro, Miguel Couto, Cabuçu e Austin.

Quadro estatístico

Município	Área Territorial(km ²) (*)	Densidade Demográfica(habitantes) (*)	Paróquias (**)
Belford Roxo	80	480.555	11
Japeri	83	89.300	2
Mesquita	35	182.495	6
Nilópolis	19	152.223	4
Nova Iguaçu	524	830.672	21
Paracambi	179	42.696	2
Queimados	77	130.275	4
TOTAL	997	1.908.216	50

Fontes: (*) IBGE/2007.

(**) Anuário diocesano.

O trabalho desenvolvido por Dom Adriano adquire uma função singular na ação pastoral da diocese de Nova Iguaçu. Falecido em 10 de agosto de 1996, a figura desse bispo ainda se mantém presente no imaginário dos leigos que vivenciaram as lutas e conquistas auferidas em seu bispado. O papel político-social desempenhado por Dom Adriano pode ser visto como símbolo de resistência e luta contra a opressão e as injustiças sociais presentes na Baixada Fluminense, uma região onde os índices de pobreza, de criminalidade e violência são extremos.

Dom Adriano, ao estabelecer a Pastoral Operária no ano de 1978 como prioridade fundamental da pastoral da sua diocese, procura alertar sua comunidade sobre a importância do trabalho digno, da melhor distribuição de renda para o resgate da dignidade humana. No Boletim Diocesano escreve que

“É uma questão de ‘justiça’ e ‘caridade pastorais’ nós nos preocupamos com esta multidão imensa de ‘operários’ de espírito rural que são o maior contingente humano da Baixada Fluminense, suas famílias, suas necessidades e problemas, suas frustrações e traumas, seus anseios e esperanças. Aí temos a pista, daí tiramos sugestões para o nosso trabalho pastoral”.¹⁵

¹⁵ BOLETIM DIOCESANO: Diocese de Nova Iguaçu, número 115, 1 de julho de 1978.

Algumas vezes, quando da eloquência de seus argumentos fora questionado sobre a relação entre marxismo e religião. Dom Adriano, no título de “A folha” responde que “Perigoso não é Marx, perigoso é Jesus Cristo mesmo”.¹⁶ A coerência desse bispo e suas assertivas sobre a realidade social esvaziam quaisquer prognósticos e ideologias subjacentes à sua prática pastoral. Esvaziam-se, também, críticas perpetradas de dentro da própria Igreja – feita pela ala conservadora – acusando-o de marxista. Dom Adriano ratifica que as mazelas da exploração humana são históricas e escreve que

Qual o pecado principal a ser destruído na América Latina? Medellín já havia respondido que é a opressão do homem pelo homem. Qual a morte que a devasta? A morte que se encarna na miséria, na fome e no trabalho que escraviza. Qual a lei que a escraviza e oprime? A legalidade, enquanto legitima o Domínio desta morte e deste pecado. Mas o documento de Puebla prefere calar. Não faz uma análise histórica, mas uma simples descrição fatural, sem interpretação mais profunda.¹⁷

Essa passagem demonstra a concepção de mundo de Dom Adriano, bem como retrata os motivos pelos quais ele ter-se mantido neutro na votação do documento que fora redigido em Puebla.

Padre Agostinho Pretto, um dos fundadores da Pastoral Operária, conta-nos, em entrevista, que Nova Iguaçu era um local de resistência e que, decerto, as ações sofridas pela Igreja de Nova Iguaçu devem-se à postura do bispo. Ele afirma que D. Adriano dizia “*Foi o povo quem me converteu*”. Todavia, Padre Agostinho percebe que à medida que a Pastoral Operária sofre influência partidária não perde sua característica, mas perde sua vitalidade. Esse é o fenômeno que procurarei analisar no âmbito da pesquisa. Decerto, fica nítido que Dom Adriano construiu um ideário político-religioso, promovendo uma crítica social profunda sobre as condições sócio-econômicas e políticas em Nova Iguaçu. Por isso, investigaremos se ele pode ser visto, à luz dos estudos de Gramsci (1989), como um ‘intelectual orgânico’ que engendrou transformações profundas nas bases da Diocese de Nova Iguaçu.

Em entrevista cedida, em 30 de setembro de 2010, Rosana Xavier Pereira – que ingressou aos 16 anos como funcionária na Catedral de Santo Antônio e hoje é membro da Pastoral Operária de Nova Iguaçu – relata que Dom Adriano proclamava a esperança, o sonho, a utopia de dias melhores; fermentava essas atitudes porque ele acreditava na transformação, não

¹⁶ “A FOLHA”: Mitra Diocesana de Nova Iguaçu: Vozes, ano 6, n. 324, 30 de julho de 1978.

¹⁷ Idem.

apenas em palavras, mas com seu testemunho de vida. Segundo Rosana, não se pode desligar a figura de Dom Adriano da Pastoral Operária, da Pastoral da Terra, da Pastoral da Mulher, enfim, das Pastorais Sociais. Ele foi o fundador do Centro de Direitos Humanos em Nova Iguaçu; sua presença ainda inspira os trabalhos pastorais; decerto ele é visto como um ‘santo moderno’. Rosana relata que os episódios sofridos por Dom Adriano como o seqüestro, a pichação da catedral demonstravam que o trabalho pastoral estava no caminho certo, porque estava criando um ‘profetismo’ dentro da Igreja.

Ainda em entrevista, Rosana Xavier e Antônio Brandão relatam que a Pastoral Operária mediava encontros com o prefeito para realização de obras de saneamento e asfaltamento das calçadas; entrava como parceira de outros movimentos sociais – fomentora de informação e educação – realizava caminhadas e lutas por melhorias para firmar compromissos com os líderes políticos da região; unia-se a associação de moradores, contribuindo para a conscientização dos moradores; citam que a pastoral fez pressão para que o posto de saúde local continuasse a funcionar; auxiliava os trabalhadores na luta pelas garantias trabalhistas como assinatura da Carteira de Trabalho. Salientam também que o prefeito de Mesquita Artur Messias e o deputado Alessandro Molon pertenciam a Pastoral da Juventude; estes são exemplos de leigos que iniciaram suas trajetórias nas bases das pastorais sociais.

Em decorrência de seu posicionamento crítico, Dom Adriano foi seqüestrado e torturado no ano de 1976. Esse episódio torna patente o caráter político da violência em Nova Iguaçu. José Cláudio Souza Alves assinala que “a violência surge aqui como toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos, entendidos como o conjunto dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais”. (ALVES, 2003, pp.10-20). Decerto, Dom Adriano não se calava diante de tamanha violência, mesmo após os episódios que atingiram diretamente sua diocese, como pichações na Catedral e igrejas, ameaças aos leigos, padres e, sobretudo, ele próprio, que fora sequestrado. O próprio governador do Estado do Rio de Janeiro, Faria Lima (1974-1979), asseguraria a Dom Adriano que iria apurar até as últimas consequências tudo o que se relacionasse com o aparecimento de cadáveres na Baixada Fluminense. (ALVES, 2003, p.137).

Quando perguntado pela “A Folha” que certos grupos, dentro e fora da Igreja, não compreendem as linhas mestras da Pastoral de nossos dias por acharem que a Igreja se politizou em função da missão espiritual Dom Adriano responde:

A Igreja, a partir de uma reflexão mais séria sobre si mesma, sobre sua missão, sobre sua atuação no mundo de hoje, convenceu-se de que está a serviço do plano de amor de Deus, um plano que atinge todas as dimensões da pessoa humana, da comunidade, do mundo.¹⁸

Dom Adriano procura mostrar que a Igreja não pode fechar seus olhos para a realidade social. Sua missão na Terra está a serviço do Homem em todas as dimensões. No Boletim Diocesano ele escreve:

Temos de abrir os olhos para a realidade de nossa Baixada (...). É uma questão de <<justiça>> e de <<caridade pastorais>> nós nos preocupamos com esta multidão imensa de <<operários>> de espírito rural que são o maior contingente humano da Baixada Fluminense, suas famílias, suas necessidades e problemas, suas frustrações e traumas, seus anseios e esperanças. Aí temos a pista, daí tiramos sugestões para o nosso trabalho pastoral. Em todos os aspectos pastorais de nossa diocese podemos e devemos dar atenção a este aspecto básico que é: o grosso de nosso povo é ou tem conexão íntima com uma classe operária em formação. Na catequese e na pregação, na liturgia e nas comunidades de base, nos círculos bíblicos e nos cursilhos, nos encontros e reuniões, nos movimentos e nas associações, na ação social e na preparação para os sacramentos devemos ter sempre diante dos olhos o fato de que a maioria de nossos fiéis e de nosso povo são operários ou pessoas que nos diversos serviços públicos tanto oficiais como particulares lidam com a classe operária. Esta consideração deve orientar e dar formas mais concretas à nossa palavra e à nossa atitude pastoral. A opção pela pastoral operária, como uma das prioridades de nossa diocese tem sentido (...) porque responde ao desafio concreto da Baixada Fluminense.¹⁹

Não obstante, observa-se claramente o posicionamento de Dom Adriano, ao reconhecer a necessidade de apoiar a maioria dos habitantes de uma região tão carente e sofrida, formada primordialmente por operários, pessoas humildes e carentes. Nota-se que ele faz críticas e declara sua opinião no âmbito da Ditadura Militar, um período em que manifestações operárias eram proibidas e coibidas pelo regime. Todavia, ele não se intimidava. Quando perguntado em entrevista sobre sua opinião a respeito da legalização do Partido Comunista, ele responde: “Acho que todas as correntes políticas de repercussão popular deveriam ter chances de formar partidos políticos.”²⁰ Em “A Folha”, Dom Adriano assinala:

Numa área metropolitana como é a Baixada Fluminense se concentram os mais diversos tipos de monstruosidades sociais. Quase todas as camadas da população vivem sujeitas a um regime de exploração escandaloso. Será que não se pode fazer nada? Será que tudo isto é fatal. Na força da Fé e do Evangelho, os cristãos engajados e conscientes respondem que nada disto é fatal e que muita coisa pode ser feita, se quisermos.²¹

¹⁸ Cf. “A FOLHA”, n° 324, Ano 6°, de 30 de julho de 1978.

¹⁹ Cf. Boletim Diocesano: Diocese de Nova Iguaçu n° 115, de 1° de julho de 1978.

²⁰ Cf. Boletim Diocesano: Diocese de Nova Iguaçu, n° 131, de 1° de dezembro de 1979.

²¹ Cf. “A Folha” n° 189, Ano 4°, de 04 de janeiro de 1976.

Em entrevista ao Jornal Municípios da Baixada, de 18 de agosto de 1996, Maria Conceição B. Freitas, disse: “Vou me alimentar sempre das coisas que aprendi com Dom Adriano.”. Essa fala ratifica o quanto o bispo de Nova Iguaçu trabalhou em prol da justiça e da igualdade em Nova Iguaçu, e o quanto seus ensinamentos despertaram aqueles que estavam “adormecidos” para as questões política e social. De fato, Dom Adriano era um missionário que trabalhava em prol do povo e que fez a ‘opção preferencial’ pelos pobres. Em entrevista para a ‘Tribuna da Imprensa’ (Rio) e ‘O Jornal’ (Portugal) ele ratifica:

Tenho certeza de que a Igreja deve e pode dar uma contribuição válida para corrigir as trágicas distorções e injustiças sociais que existem no mundo e em muitos países. Vemos que a Igreja do Brasil está fazendo sua opção pelos pobres e pequenos, pela sua identificação com as grandes causas do Povo.²²

Embora a atuação do terceiro bispo de Nova Iguaçu tenha promovido mudanças na linha pastoral de sua diocese, não se pode esquecer que ele era membro da Igreja e, conseqüentemente, seguia ordens oriundas dessa instituição. Isso, de certa maneira, poderia arrefecer sua forma de atuação e, conseqüentemente, impor certos limites em sua atuação pastoral. Essa questão também será analisada mais profundamente no âmbito da pesquisa. De antemão, é possível enxergar que a Igreja Romana estava atenta aos desdobramentos da Teoria da Libertação na América Latina, sobretudo, no Brasil e a prova mais concreta está na edição, no âmbito do papado de João Paulo II, de duas *Instruções*: Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”, publicada pela Editora Paulinas em 1984 – *Libertatis Nuntiu* (Mensagem da Liberdade) e a Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação, também publicada pela Editora Paulinas em 1985 – *Libertatis Conscientia* (a Consciência da Liberdade). Tais instruções tiveram como objetivo frear a ação de bispos e padres adeptos da Teologia da Libertação. No ano de 1985, por exemplo, Leonardo Boff foi condenado pelo Vaticano a um ano de “silêncio obsequioso” e destituído das funções editoriais e de magistério no campo religioso. Não obstante, o legado de João Paulo II promoveu uma restauração conservadora na Igreja, diametralmente oposta às propostas de Paulo VI (1963-1978), que deu continuidade ao Concílio Vaticano II, iniciado no pontifício de João XXIII (1958-1963).

Dom Adriano não se calou em relação ao “caso Boff”. Ele polidamente discordou do posicionamento da Igreja.

²² Cf. Boletim Diocesano: Diocese de Nova Iguaçu, n° 161, de 1° de junho de 1982.

A medida da Sagrada congregação para a defesa da Fé foi aprovada pelo Papa João Paulo II. Não podemos discutir, em princípio, a autoridade pessoal do Santo Padre e a autoridade delegada de qualquer Congregação Romana (ou ministérios da Santa Sé).

Com respeito profundo que nos merece a medida de Roma, tomada com certeza na melhor das intenções, podemos e, por uma questão de coerência, devemos discordar da oportunidade e da atualidade de tais punições.

(...) muita gente que nunca ouvira falar de Boff nem de Teologia da Libertação, interessou-se em conhecer um e outra; muita gente viu-se forçada a aprofundar seu conhecimento da Teologia da Libertação (o que é uma grande vantagem, no interesse Pastoral). Mas é certo também que uma medida em si pouco pedagógica (nos tempos modernos) despertou em muitos grupos fora da Igreja a suspeita de que nossa Igreja continua a mesma: intolerante, repressiva, oportunista, auto-suficiente, dona absoluta não só da verdade, mas dos métodos de impor a verdade. Não podemos aceitar esse tipo acusação, mas não podemos estranhar esse tipo de interpretação quando acontece o que aconteceu a Leonardo Boff.²³

Os esclarecimentos de Dom Adriano em relação a Leonardo Boff tornam patente sua obediência a Santa Sé; suas críticas são polidas e bastante reflexivas. Entretanto, seus discursos registram a opção clara pelos pobres, numa linguagem simples, extraída do Evangelho, que funciona como um mecanismo que não pode ser ocultado diante das mazelas do sistema capitalista nem mesmo da atenção do Vaticano que combateu ardorosamente uma teologia que – de acordo com a Conferência Episcopal de Medelín – buscava tornar patente “a opção pelos pobres”.

Através do pronunciamento de Dom Adriano Hypólito nos documentos pastorais como “A FOLHA” e o “Boletim Diocesano” é possível detectar um discurso alicerçado aos fundamentos do Evangelho, resgatando sempre a figura do oprimido e do pobre. Embora não afronte contundentemente – e escrevendo com muita atenção e sapiência – a linha teológica imposta pela alta hierarquia da Igreja, ele, na prática, procura conscientizar o Povo a participar do processo social; advertindo-o da importância de sua atuação política. Em uma de suas homilias, Dom Adriano torna patente que:

quando queremos transmitir a todos os habitantes da Baixada, ao menos àqueles que têm contato com a Igreja, que somos sujeitos da História e não objetos da História; que somos sujeitos da Cultura e não objetos da Cultura – não, não somos objetos, somos pessoas que querem assumir a sua responsabilidade: agimos assim porque temos compaixão desse Povo (...) Quando assumimos a causa dos milhares de pessoas que são despejadas dos conjuntos habitacionais, por não serem capazes de pagar (...) quando assumimos a causa dos posseiros em Japeri, em Engenheiro

²³ Escritos de Fé e Política (Reunião de textos de Dom Adriano Hypólito). Mitra de Nova Iguaçu/Arquivo Diocesano, 1985. Extraído de OLIVEIRA. Antonio da Conceição. Dom Adriano Hypólito: uma história de perseverança e coragem, s/data, p. 114.

Pedreira e em outras áreas de nossa diocese, não estamos procurando prestígio político: estamos sim solidários com os irmãos que não tem voz nem vez, estamos com Jesus cristo: nós temos compaixão desse Povo.²⁴

Decerto, o bispo de Nova Iguaçu em decorrência de seu posicionamento sofreu várias retaliações. Fora perseguido dentro da própria Igreja, sendo acusado de “bispo da esquerda” e “bispo marxista”. Em A FOLHA ele escreve:

Duas referências predominam em todos os números de A Folha: a referência a Jesus Cristo, único salvador e mediador da humanidade, e a referência ao Povo de Deus. Daí se pode entender e interpretar os artigos, os comentários, as críticas, as provocações, as experiências contidas nos artigos. Sem estas referências – quero dizer, sem verificar estas referências – muitas pessoas, aqui e acolá, condenavam as opiniões de A Folha. Não viam as referências, constantemente feitas. E por isso interpretavam, como expressão de ideologias de esquerda ou então como desvios da sã doutrina, um jornal diocesano que, por amor a Jesus cristo e ao seu Povo bem-amado, exercia sua missão profética de denunciar as profanações da face de Cristo na face dos irmãos²⁵

Fica nítido que seus argumentos incomodavam a muitos, sobretudo as autoridades no âmbito do regime militar e representantes do Clero conservador brasileiro. Decerto, o posicionamento do bispo em prol dos oprimidos e dos pobres, principalmente da Baixada Fluminense, contribuiu significativamente para a politização das pastorais sociais; em contrapartida, ondas de retaliações se perpetuaram em seu bispado como já relatamos: o seu sequestro em 1976 e o assassinato da irmã Filomena, em junho de 1990. Dom Adriano, assim, relata:

A mim pessoalmente o Coronel Morais da Vila Militar, me disse que certos artigos de A Folha que eram transcritos por um “jornal comunista” de Nova Iguaçu, faziam A Folha também suspeita. A lógica dos poderosos. Quando eu retruquei: O senhor me mostre os “artigos comunistas” de nosso jornal e eu o fecharei imediatamente. O que se escreve na Folha é somente baseado na mensagem de Jesus cristo e na doutrina social da Igreja. Poucos dias depois aconteceu o meu sequestro (22-09-76).²⁶

Embora membros da Diocese de Nova Iguaçu sofressem críticas e ameaças no âmbito do regime militar, Dom Adriano não se intimidava, porque acreditava estar no ‘caminho certo’. Quando do seu falecimento, o Jornal “O Globo” publicou uma nota onde reiterava a mensagem

²⁴ Cf. Boletim Diocesano: Diocese de Nova Iguaçu, n° 134, de 1° de março de 1980.

²⁵ Cf. “A FOLHA”, n° 1.143, Ano 20, de 14 de novembro de 1993.

²⁶ Cf. “A FOLHA”, n° 1.144, Ano 20, de 21 de novembro de 1993.

do bispo de Nova Iguaçu “Se alguém passa fome, não posso simplesmente dizer: vá à missa. Tenho que olhar a fome dele e agir” (Jornal “O Globo”, 11/08/1996, obituário). Decerto, o posicionamento político-religioso do bispo de Nova Iguaçu contribui para que possamos redimensionar o papel de atuação de dioceses progressistas e, ao mesmo tempo, distinguir a Igreja enquanto hierarquias distintas.

Conclusão

A presente pesquisa procura ratificar que através da reflexão da Teologia da Libertação surge dentro da Igreja Católica brasileira uma prática religiosa como fator de explicação política, onde leigos engajados, padres e bispos passam a lutar por justiça social. Com base nessa proposição, procurara-se demonstrar que o trabalho das pastorais sociais da Diocese de Nova Iguaçu – particularmente a Pastoral Operária – atuará como força política.

Com base nos estudos de Aline de Coutrot (1996), é possível perceber que as atividades dos leigos envolvidos no trabalho pastoral, que adquirindo consciência política, acabam ingressando em partidos políticos, filiando-se a sindicatos e engajando-se em movimentos sociais de bairro. Decerto, essas práticas demonstram que o engajamento pastoral adquire desdobramentos políticos, à medida que ocorre conscientização dos leigos, e que o prelúdio dessa consciência, em inúmeros casos, inicia-se nas bases da Igreja.

Dessa forma, o trabalho pastoral da diocese de Nova Iguaçu nos permite avaliar as mudanças promovidas na Igreja Católica do Brasil em dois momentos: no final da década de 1970, quando ocorrem várias mobilizações sociais como as greves operárias e o ‘novo sindicalismo’ apoiados pela Igreja progressista, e após 1985, quando ocorre refluxo na ação dos movimentos sociais, sobretudo, aqueles ligados à Igreja (Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral Operária), devido à ‘restauração conservadora’ eclesial.

Enfim, é a partir da interdependência entre o religioso e o político, da força religiosa como fator de explicação política é que podemos descrever as ambiguidades e os paradoxos na linha teológica perpetrados pela Igreja Romana e suas diretrizes impostas à Igreja Brasileira no combate à Teologia da Libertação e na postura do trabalho pastoral de dioceses progressistas. Detecta-se, assim, que o trabalho pastoral da Diocese de Nova Iguaçu pode ser visto como “foco de resistência”, abrigo em seu “celeiro” diversos grupos: leigos engajados, militantes

da esquerda, padres progressistas como Agostinho Pretto etc., que, no âmbito da Ditadura Militar no Brasil, partilhavam da mesma história.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Cláudio Souza, *Dos Barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*, Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

BAZIN, François. “Les deputés MRP élus les 21 octobre 1945, 2 juin et le 10 novembre 1946. Itinéraire politique d’une génération catholique”. Obra citada por Aline Coutrot, In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BETTO, Frei. *Puebla para o povo*, 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1979.

BODIN, Luigi. “O Marxismo e a Teologia da Libertação”, Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

CATÃO, Francisco. “O que é Teologia da Libertação”, 2.edição, São Paulo: Brasiliense, 1986.

COMBLIN, José. “Um novo amanhecer da Igreja?”, Petrópolis: Vozes, 2002.

COUTROT, Aline. *Religião e Política*. In: RÉMOND, René. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

DOIMO, Ana Maria. *Os rumos dos movimentos sociais nos caminhos da religiosidade*. In: KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (Orgs.). *A Igreja nas bases do tempo de transição (1974-1985)*, Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

FALCON, Francisco. *História e poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KRISCHKE, Paulo & MAINWARING, Scott (Orgs.). *A Igreja nas bases do tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez / Autores Associados,

MAIA, Juliana Guaraná Vieira; MACEDO, Marcelo Hernandez & MONTEIRO, Maria Gabriela (Orgs.). *Sociedade em movimento: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*, Rio de Janeiro: Imprinta Express: UERJ: Secretaria de Obras, 2007.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil: 1916-1985*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*, Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1988.

_____. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

PASSOS, Pe. Dinarte Duarte. Caderno de Nova Iguaçu, nº 4, Nova Iguaçu: Dez anos de Diocese (1960-1970). Edições da Diocese de Nova Iguaçu, 1970.

PERCHERON, Amick . L'Univers politique dès enfants, Paris, PFNSP, 1974. Citado por Aline Coutrot, In: RÉMOND, René (Org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

PINHEIRO JÚNIOR, Jefte da Mata Pinheiro Júnior. A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias, 2007. Dissertação de Mestrado orientada por Virgínia Fontes.

RÉMOND, René (Org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980), RJ: Paz e Terra, 1998.

SALEM, Helena (Coord.). A Igreja dos Oprimidos , São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1981.

SILVA, Bruno Marques. “Fé, razão e conflito: a trajetória do intelectual de Leonardo Boff”. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, defendida no ano de 2007.

SILVA, Percival Tavares da. Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) — 1974 / 1992 (Relação vanguarda-base-massa: práxis política e educativa) Dissertação de Mestrado em Educação em 11.02.1994, Rio de Janeiro: fgv - Fundação Getúlio Vargas - IESAE - Instituto de Estudos Avançados em Educação.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Acomodações recíprocas: a Igreja Católica e o poder temporal na Argentina e no Brasil. Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1 no. 2, julho/dezembro 2009.

WINOCK, Michel. IN: RÉMOND, René (Org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.